

Três é demais⁰

GLOBO

24 OUT 2002

M. PIO CORRÊA

Catullo da Paixão Cearense, poeta sertanejo que teve o seu momento de fama nos anos 20, cantou, em um poema que ficou proverbial, que "... em uma casa de caboclo/ um é pouco, / dois é bão, / três é demais".

O mesmo pode-se dizer de outra casa, a augusta Câmara Alta do Congresso Nacional. Rui Barbosa, federalista de tão funda convicção que dizia, ainda sob o Império, desejar a Federação "com ou sem a República", conseguiu inserir na Constituição de 1891, por ele decalcada da Constituição dos Estados Unidos da América, a instituição de um Senado composto de dois senadores eleitos por cada estado da nova Federação.

A Constituição americana, de 1776, continua em vigor e passando muito bem; a nossa de 1891, ao contrário, faleceu em 1930, e veio a ser substituída por uma ribambela de outras constituições. Através, porém, de várias encarnações do verbo constituinte, perdurou o dispositivo prevendo, na composição do Senado Federal, dois senadores para cada estado.

Até que, no governo do presidente Ernesto Geisel, alguém se lembrou,

em má hora, de aumentar o número de senadores de cada estado, de dois para três — dos quais um seria "biônico", isto é, não eleito, mas nomeado pelo chefe do Poder Executivo. O objetivo era criar, mediante essas nomeações arbitrárias, uma ampla maioria no Senado para a Arena, partido em que se apoiava o governo.

A representação triplice dos estados no Senado Federal veio a ser imitada pela República Argentina. Agora, porém, o vizinho país está arrependido dessa inovação, estimando que o gasto adicional não é compensado por um aumento proporcional na operosidade da Câmara Alta. O povo reclama, com o apoio de destacados políticos, a redução do efetivo dos senadores, de três para dois em cada província.

Os argentinos raciocinam, com argúcia irretorquível, que se na América do Norte o estado da Califórnia, o estado do Texas ou o estado de Nova York, cada um com PIB superior ao da maior parte dos países soberanos membros da ONU, contentam-se, ca-

da um, com dois senadores, por que não se haverão de contentar com esse número as províncias de Corrientes, de Mendoza ou de Santa Fé?

O mesmo raciocínio pode aplicar-se aos nossos próprios estados; e isso com tanto mais razão desde que já foi aberto o precedente, para os nossos estados, de se reproduzirem por cissiparidade, à maneira das amebas, haja vista Mato Grosso gerando Mato Grosso do Sul. Se a moda pega, poderemos ter um estado do Araguaia parido pelo estado de Tocantins, podemos antever também o Amazonas cindindo-se, amebianamente, em Alto-Amazonas e Baixo-Amazonas — cada um com três senadores, ou até (por

que não?), o município de Paraíba do Sul reclamando isonomia, no status de estado, com a Paraíba do Norte. Veríamos então os senadores triplices multiplicarem-se como coelhos, transbordando da cumbuca do Palácio do Congresso.

Seria oportuno, antes que isso aconteça, reduzir novamente para

dois, retornando à tradição republicana o número de senadores eleitos por cada estado da Federação. Essa redução acarretaria sensível economia para os cofres públicos, que seriam aliviados do correspondente aos vencimentos dos 27 senadores suprimidos, mais do salário dos cinco assessores legislativos a que tem direito cada senador, mais dos 71 secretários, à razão de três por senadores. Fora os *fringe benefits* de apartamento funcional, automóvel com motorista, franquias postais, quatro passagens aéreas por mês para seus estados, viagens "a serviço" ao exterior, serviços gratuitos da Imprensa do Senado, salários de motoristas, contínuos e serventes e outras custosas regalias inerentes aos cargos.

A economia resultante para os cofres públicos seria apreciável. Senão vejamos, 27 cargos de senador suprimidos representariam R\$ 2,592 milhões por ano; cada senador dispondo de três assistentes a R\$ 5 mil por mês, seriam mais R\$ 5,637 milhões poupados; três secretários por senador a R\$ 4.900 por mês dariam mais R\$ 4.762.800 de economia anual. Só até aqui temos R\$ 10.659.400 — fora a economia com quatro viagens mensais para cada senador ao seu estado

respectivo; sejam, grosso modo, algo como R\$ 1,3 milhão por ano para os 27 "economizados", mais R\$ 500 mensais de franquia telefônica, brincando, brincando são mais R\$ 162 mil anuais. Chegamos a um total de mais de R\$ 14 milhões, sem contar os salários de motoristas, contínuos, recepcionistas, telefonistas e mensageiros afetados a cada gabinete de senador. Em cifras redondas, podemos falar de R\$ 15 milhões.

Esta soma daria para alimentar durante um ano milhares de esfaimados recrutas do Exército, privados de rancho por falta de verba, ou outras tantas famílias flageladas no Nordeste. Ao que parece, o que os argentinos desejam seria bom para o Brasil. Um Senado emagrecido ficaria mais esbelto, mais ágil e operoso, e, em termos de relação custo-benefício, seria seguramente um investimento mais rentável e menos oneroso para a boa vaca leiteira que é o Tesouro Nacional.

Conclusão: Catullo da Paixão Cearense tinha razão. Nessa Casa do Senado, por estado, dois é bom, três é demais.

M. PIO CORRÊA é embaixador aposentado.

Seria oportuno
reduzir para dois
o número de
senadores por
cada estado
